
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 43ª REUNIÃO

Data: 31 (14h às 18h30) de janeiro de 2005.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério dos Transportes - MT: Wilson do Egito Coelho Filho (wilson.egito@transportes.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Virgínia V. Rodrigues Medeiros (virginia@ana.gov.br)
- Ministério da Defesa - MD: ausente
- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT: Sanderson Alberto Medeiros Leitão (samleita@mc.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia - MME: Ênio Bocorny (bocorny@mme.gov.br)
- Ministério das Cidades - MCidades: Sônia Lúcia dos Reis Alves (sonia.alves@cidades.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional - MI: Maria Zita Timbó Araújo (zita@dnocs.gov.br)
- Ministério da Saúde – MS: Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)
- Setor Hidroviário: ausente
- Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: ausente
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal: ausente
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Ceará/Bahia: ausente
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas: ausente
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Valdeci Goulart (valdeci.goulart@aes.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rodopiano M. Evangelista (diretoria@cbhmogipardo.org)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Ingrid Illich Müller (ingrid@lactec.org.br)

CONVIDADOS:

- Adelaide Linhares de Carvalho Carim– CEMIG (adelcc@cemig.com.br)
- Adilson Pinheiro CONFEA (pinheiro@furb.br)
- Andréa Carestiatto – Instituto Ipanema (acarestiatto@uol.com.br)
- Antônio Henrique Godoy Ramos – MME (antonio.ramos@mme.gov.br)
- Carlos Henrique de Moura Chaves – CHESF (carlosh@chesf.gov.br)
- Carlos Martins Borges – ANEEL (borges@aneel.gov.br)
- Clarissa Presotti – Elabore (clarissa@elabore.com.br)
- Cristina Maria de Moás Aragão – SRH (cmmaragao@mma.gov.br)
- Daniel Coelho – MTur – (eco@turismo.gov.br)
- Daniel Jordão de M. Rosa – ANA (djmr@ana.gov.br)
- Helder Naus Torres – MME (helder.torres@mme.gov.br)
- Iracema Aparecida Siqueira de Freitas – CERH/TO (iracema@seplan.to.gov.br)
- José de Sena Pereira Jr. – Câmara dos Deputados (jose.sena@camara.gov.br)
- Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior – MI (jader.junior@integracao.gov.br)
- Klebber Teodomiro M. Formiga – ANA (klebber.formiga@ana.gov.br)
- Liliane C. Flores – SRH (liliane.flores@mma.gov.br)
- Lucimar Corrêa Alves – MS (lucimar.alves@funasa.gov.br)
- Maria Auxiliadora de Sá Magalhães – MS (maria.a.magalhaes@funasa.gov.br)
- Pedro Nunes Pereira – Duke Energy/ABRAGE (pnnpereira@duke-energy.com)
- Rafael José T. Machado – ANEEL (rafael@aneel.gov.br)

- 51 ■ Ricardo José Barbosa de Souza - CHESF (ricardob@chesf.gov.br)
- 52 ■ Rogério Menescal – MI/ANA/Pró-Água (rmenescal@ana.gov.br)
- 53 ■ Teresa Cristina Fusaro - CEMIG (tcfusaro@cemig.com.br)
- 54 ■ Túlio Praes da Silva – CVRD (tulio.praes@cvrd.com.br)
- 55 ■ Valéria Almeida Lopes de Faria – CEMIG (vfaria@cemig.com.br)

56 **RELATORIA:**

- 57 ■ Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) – SRH / MMA – Tel:
58 (61) 4009-1809

59 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

60 **Item 1** – Abertura. O Sr. Julio Thadeu (SRH) abriu os trabalhos da 43ª Reunião da CTAP às
61 14h25, agradeceu a presença, desejou um bom ano de trabalho a todos e informou os principais
62 fatos ocorridos no período entre as reuniões, com destaque para a XV Reunião Extraordinária do
63 CNRH, que deliberou sobre o Projeto de Integração de Bacias do São Francisco. Comunicou
64 também as ausências da FUNAI (Item 3) e do IBAMA (Itens 3 e 7) que foram convidados para
65 participarem da reunião. **Item 2** - Aprovação da Ata da 42ª Reunião da CTAP: a ata foi aprovada
66 sem alterações. **Item 3** – Apresentação, por parte do Consultor Legislativo da Câmara dos
67 Deputados, Sr. José de Sena Pereira Jr. sobre o tema: Utilização de Recursos Naturais em Terras
68 Indígenas Pelo Congresso Nacional (Anexo 1). O Sr. José Sena explicou a estrutura interna da
69 Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, enfatizando a independência dos consultores
70 no exercício de suas atividades. Prosseguiu informando que a questão indígena consta do art.
71 231, § 3º da Constituição Federal, ainda sem regulamentação e que tramitam cerca de quinze
72 projetos sobre o assunto, ressaltando os três principais: a) PL 1561/89; b) PL 4916/90 e c)
73 PL2057/91. Ressaltou que a tendência verificada em todos os PL's seria de seguir a mesma
74 sistemática adotada (compensação financeira) para a regulamentação da participação dos
75 Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos órgãos da administração direta da União, no
76 resultado da exploração de petróleo, gás natural e de potenciais hidráulicos, prevista no art. 20 da
77 Constituição. Esclareceu que a autorização do Congresso Nacional é feita por meio de Decreto
78 Legislativo, explicando as formas de entrada, via Mensagem da Presidência da República ou via
79 deputado que encaminha o projeto de Decreto Legislativo à Mesa Diretora, descrevendo
80 também, as etapas da tramitação no Congresso Nacional, até a entrada em vigor. Citou como
81 exemplo o Projeto da UHE Serra da Mesa. Encerrou observando que no caso de usinas
82 hidrelétricas a autorização deve ser solicitada antes da concessão, sob pena deste ato ser anulado
83 e que o licenciamento ambiental seguiria seu rito normal no IBAMA, com a participação da
84 FUNAI (por se tratar de terras indígenas, de domínio da União). Encerrada a apresentação o Sr.
85 Julio Thadeu (SRH) enalteceu a experiência e a contribuição do Sr. José Sena nos assuntos
86 referentes aos recursos hídricos e abriu a palavra aos membros da CTAP. O Sr. Helder (MME)
87 solicitou mais detalhes sobre o projeto da UHE Serra da Mesa, sendo informado que o Decreto
88 Legislativo passou com a designação, para a comunidade indígena, a título de compensação
89 financeira, de uma taxa de 2% do valor destinado aos Estados e Municípios. A Srª Virgínia
90 (ANA) solicitou esclarecimento sobre o mínimo de 1/3 dos deputados para requerer regime de
91 urgência na tramitação do projeto de decreto legislativo, foi atendida com a informação de são
92 necessários 171 deputados ou lideranças correspondentes. O Sr. Julio Thadeu (SRH) indagou se
93 água em área indígena seria bem da União e foi esclarecido pelo Sr. Sena de que a água que
94 nasce fora e passa dentro da reserva não seria indígena, mas necessitaria de autorização da
95 União. O Sr. Rafael (ANEEL) interpelou dizendo que o rio seria um divisor e que haveria
96 dificuldade de interpretação; que projeto Serra da Mesa e outros foram anteriores a lei e que
97 atualmente haveria necessidade de definição de papéis e funções no processo IBAMA, FUNAI e
98 Congresso. O Sr. Sena salientou a existência um grupo de trabalho para analisar o projeto de lei
99 de recursos hídricos, quanto a definição de águas indígenas e que esse grupo de trabalho
100 nomearia o relator e definiria a regulamentação da lei. A Srª Lucimar (FUNASA) comentou que

101 para terras doadas aos indígenas, pela FUNAI entende-se não pertencerem à União. O Sr. Sena
102 explicou que a Constituição de 88 dissociou a água da terra e que a partir daí não existe água
103 particular. A Srª Lucimar replicou afirmando que o termo de doação permite arrendamento e as
104 comunidades indígenas o utilizam. A Srª Maria Zita (MI/DNOCS) perguntou se no Projeto de
105 Decreto Legislativo estão previstos os objetivos e o tempo de tramitação. O Sr. Sena observou
106 que após o envio da mensagem pela Presidência da República, em 30 a 40 dias ocorre a
107 distribuição para as comissões, com o texto do Decreto Legislativo, de 90 a 120 dias a Câmara
108 envia o projeto ao Senado, onde a demora é bem menor e que as Medidas Provisórias ou
109 interesse do Poder Executivo são prioritários. O Sr. Julio Thadeu (SRH) alertou que o PL
110 1181/2003 está apensado em outro maior (PL 1616) e que o CNRH já pediu a dispensação. O
111 Sr. Sena esclareceu que o PL 1616 está parado porque o Poder Executivo solicitou tempo. O Sr.
112 Ênio (MME) questionou sobre a aprovação de Decreto Legislativo do setor elétrico com previsão
113 de compensação financeira. O Sr. Sena lembrou da dependência da regulamentação, dificultando
114 o processo. A Srª Lucimar perguntou se poderia haver reversão da autorização em caso de
115 extinção da etnia e foi informada pelo Sr. Sena que esse caso entraria nas compensações de
116 impacto ambiental previstas na legislação. A Srª Sônia (MC) perguntou como ficaria a
117 exploração da água em outra forma. O Sr. Sena esclareceu que haveria necessidade de outro
118 Decreto Legislativo. Após a discussão o Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou o encaminhamento do
119 assunto, sobre a conveniência de criação de um grupo de trabalho, mencionando que o objetivo
120 deveria ser no âmbito dos recursos hídricos, da necessidade de outorga e de relacionamento às
121 atividades e competências do CNRH. O Sr. Rafael (ANEEL) externou que o EIA/RIMA de área
122 indígena não encontra problema na relação entre a FUNAI e IBAMA, não havendo necessidade
123 do GT. O problema estaria no Decreto Legislativo que regulamentaria o aspecto específico à
124 água. O Sr. Julio Thadeu (SRH) retomou a palavra destacando três enfoques: a) o procedimento
125 caso a caso e LP o setor elétrico se auto organiza; b) a questão da outorga (água passando em
126 área indígena é da União) deveria ir para a CTIL e, c) a compensação, se tratada
127 individualmente, poderia se tornar problemática. Questionou se valeria a pena apresentar a
128 proposta, visto que o PL não contempla esse tema. O assunto estaria mais ligado ao Setor
129 Elétrico. O Sr. Rafael (ANEEL) alegou que uma nova distribuição de recursos não poderia sair
130 do 0,75%. O Sr. Julio Thadeu (SRH) informou a possibilidade de distribuição, contudo os 45%
131 dos Municípios e os 45% dos Estados seriam inalteráveis, ficando a opção de alterar os recursos
132 da União. O Sr. Sena sugeriu a aplicação do mesmo conceito para Estados e Municípios,
133 proporcional à área. O Sr. Julio Thadeu (SRH) voltou a indagar sobre a origem do recurso para a
134 compensação financeira, sendo respondido pelo Sr. Sena que seria dos 90%. O Sr. Ênio advertiu
135 que o empreendedor tem que saber quanto pagaria. O Sr. Helder (MME) interpelou, quanto a
136 pertinência do GT, afirmando que o CNRH tem competência para isso, a partir da modificação
137 do título. Sugeriu a mudança do tema para “Concessão de Outorga e Compensação Financeira
138 em Terras Indígenas”, a designação de dois membros da CTAP para o acompanhamento e
139 informação sobre o andamento do PL. A Srª Maria Zita sugeriu convidar representantes das
140 Câmaras Técnicas interessadas. O Sr. Rodopiano (Comitês) alertou que a questão a ser discutida
141 seria a outorga porque para EIA/RIMA já existem outros setores. Propôs o encaminhamento do
142 assunto à CTIL e CTCOB. Não houve objeção. Esgotado o assunto, o Sr. Julio Thadeu (SRH)
143 submeteu a proposta da CEMIG, de inversão de pauta, para o Item 7 e todos concordaram. **Item**
144 **7 - Apresentação: Operação de Barragens – foco múltiplos e sistemática adotada pela CEMIG**
145 **(Anexo 2).** A Srª Teresa Cristina (CEMIG) afirmou que a empresa sempre reconheceu a
146 importância da manutenção da segurança, sob todos os aspectos (estrutural,
147 funcional/operacional, ambiental e hidrológico) em suas 54 barragens. Por isso possui política e
148 órgãos em sua estrutura interna que atuam visando a segurança de barragens. A seguir passou a
149 descrever os procedimentos adotados sobre o assunto, para que os novos projetos já saíssem
150 enquadrados nos padrões de segurança da Companhia. Explicou detalhadamente a metodologia,

151 cálculos e parâmetros utilizados, em todas as fases e etapas dos macro processos da Gerência de
152 Segurança, passando pelas inspeções, fiscalizações, coletas de dados e análises, que alimentam o
153 banco de dados (INSPETOR) destinado respaldar a avaliação, classificação e planejamento das
154 ações de segurança nas 54 barragens. Prosseguiu abordando as atividades da Gerência de
155 Planejamento Hidroenergético, cuja missão é operar os reservatórios tendo em vista critérios de
156 controle de cheias e segurança de barragens. Referiu-se às etapas de previsão hidrológica,
157 controle de vazão, controle de cheia, sistemas de alarmes e a interface com a Defesa Civil do
158 Estado, no que concerne às ações preparatórias para operação nos períodos chuvosos. Concluiu
159 afirmando que todo o conhecimento, controle e monitoramento das barragens só apresentam
160 resultados positivos se as medidas corretivas forem tomadas em tempo hábil. Após a
161 apresentação o Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu a participação e colocou o assunto em
162 discussão. A Srª Maria Zita (MI/DNOCS) perguntou sobre a existência de um percentual
163 financeiro determinado no orçamento da empresa, destinado à segurança de barragens e se houve
164 a instrumentalização das barragens antigas. A Srª Teresa Cristina (CEMIG) respondeu que não
165 há um valor fixo, em média de R\$5milhões/ano, que pode variar de acordo com a demanda.
166 Quanto a instrumentalização, a CEMIG priorizou as pequenas barragens, fez estudos completos
167 em todas elas, identificou os pontos críticos e instalou os equipamentos conforme as
168 necessidades. O Sr. Wilson (MT) indagou se apesar de todos os procedimentos de segurança
169 adotados, já ocorreram situações não previstas e se em caso de ruptura se há condição de prever.
170 A Srª Teresa Cristina (CEMIG) respondeu afirmativamente quanto às situações imprevistas,
171 observando que as soluções encontradas e as medidas adotadas devem ser rápidas. Para os casos
172 de ruptura, esclareceu que as barragens de terra apresentam indícios como infiltrações,
173 vazamentos ou erosões, que podem ser interpretados como avisos e com um processo de
174 monitoria eficiente o risco de ruptura não existe, exceto por uma grande cheia que passe por
175 cima do maciço. As barragens de concreto são mais seguras quanto imersão, mas os contrafortes
176 e arcos podem ter ruptura. A Srª Andrea (Ipanema) solicitou detalhes do risco ambiental e da
177 relação com a comunidade, perguntando se os relatórios estariam disponíveis. A Srª Teresa
178 Cristina (CEMIG) salientou que a questão ambiental é decidida e equacionada nas fases de
179 projeto e construção. A interface com a comunidade ocorre a partir de reuniões onde são
180 explicados, com antecedência, os controles de cheia e de abertura dos vertedoures. Disse que os
181 relatórios estão disponíveis, mas devido ao seu caráter técnico tornam-se de difícil entendimento
182 para a comunidade. O Sr. Ricardo (CHESF) perguntou se existe plano de ação. A Srª Teresa
183 Cristina (CEMIG) respondeu que são utilizados os da hidrologia, bons para a operação de
184 reservatórios, mas fracos para os casos de ruptura. **Item 4** - Proposta de criação de um Grupo de
185 Trabalho que discuta a construção integrada de eclusas nos empreendimentos hidrelétricos, em
186 rios considerados de interesse à navegação (Anexo 3). O Sr. Wilson (MT) apresentou uma
187 consolidação das reuniões anteriores, destacando as obstruções que vêm ocorrendo nos rios, pela
188 construção de barragens sem eclusas. Advertiu que, com a queda da capacidade de investimento
189 do País, o escoamento da safra agrícola sacrifica e desgasta as rodovias, com a perda de
190 competitividade dos produtos no exterior, devido ao alto custo do frete. Considerou a atual
191 sistemática adotada no País, onde a empresa privada constrói as barragens e transfere para o
192 Governo a responsabilidade de construção das eclusas, prejudicial ao Setor Hidroviário e ao
193 próprio Ministério dos Transportes, que arca com um custo elevado dessas obras, na maioria das
194 vezes locadas fora do corpo da barragem, em ombreiras constituídas de pedreiras, onde o custo
195 de escavação inviabiliza o projeto. Citou como exemplos as UHE de Tucurí e Lajeado no rio
196 Tocantins e mais três projetos existentes para as usinas de Estrito, Serra Quebrada e Tuparitis,
197 no mesmo rio. Concluiu afirmando que, a persistir essa sistemática, o Governo teria mais três
198 eclusas para administrar no rio Tocantins e que o tempo para execução dessas obras seria
199 superior a trinta anos. Sugeriu a mudança dessa situação com a adoção das seguintes medidas: a)
200 considerar a eclusa como medida mitigadora da barragem e parte integrante dela; b) amortizar o

custo do empreendimento nas tarifas de energia elétrica, e c) criar um grupo de trabalho para estudar o assunto. Terminada a proposição o Sr. Julio Thadeu (SRH) colocou o assunto em discussão informando que a Lei 9433/87 fala em navegação de forma geral, mas não define o assunto e que o Sr. Wilson aborda o transporte de carga com interesse econômico. Sugeriu que o Setor Hidroviário pensasse na outorga para essa atividade e indagou se haveria conflito com o uso dos recursos hídricos. A Srª Virgínia (ANA) afirmou que o planejamento dos rios de interesse para navegação é de 1973, com revisão em 1979. O Sr. Valdeci (ABRAGE) declarou que já existe eclusa para o turismo, que o transporte da safra é uma situação diferente e que iria encaminhar o assunto para a ABRAGE analisar e formalizar sugestão. O Sr. Ênio (MME) ressaltou que o setor elétrico pensa no futuro e que o GT tem sentido, todavia haveria necessidade de identificação de quais rios seriam contemplados com eclusa, mediante a atualização e definição das informações, além da verificação da viabilidade econômica dos empreendimentos. O Sr. Rodopiano considerou que CTAP não seria o fórum para analisar a questão do planejamento de eclusas e sim para resolver conflitos, a começar pela Lei 9433/97. O Sr. Rafael informou que a ANEEL tem incorporado o projeto de eclusa em todas as suas licitações e que o empreendedor solicita manifestação do Ministério dos Transportes. A Srª Virgínia (ANA) atestou a existência de dois projetos de lei que obrigam a conclusão simultânea de eclusas e barragens, concordou a criação do GT para estudar os PL's, retirar as incorreções e propor um PL adequado em conjunto, tendo como pré-requisito a atualização, pelo MT, do planejamento dos rios de interesse para a navegação. O Sr. Julio Thadeu (SRH) abordou a questão lembrando que na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos o CNRH informaria os rios navegáveis e o setor hidroviário deveria apresentar a relação atualizada. Ressaltou que o problema vem se arrastando a décadas e não pode mais ser postergado, encaminhando o assunto para deliberação dos membros, que decidiram pela criação do GT, sob coordenação do Ministério dos Transportes, com objetivo de analisar os PL's, inclusive com a posição oficial do MT, propor substitutivo e manter interface com a CTPNRH, com a seguinte composição: CTAP; MME; ANA; ABRAGE e Comitês. **Item 5** – Relato sobre o andamento dos trabalhos, por parte do GT Segurança de Barragens. O Sr. Rogério Menescal (MI) fez uma consolidação das atividades do grupo enfatizando o objetivo para o qual foi criado: analisar o PL nº 1181/2003, a situação de segurança de barragens, suas pertinências e responsabilidades. Apresentou o roteiro seguido para o alcance do objetivo e destacou os principais fatos ocorridos nas seis reuniões promovidas pelo GT, quais sejam: a) o número de participantes foi elevado, 50 no total, porém muito eclético e inconstante, o que provocou atraso na conclusão dos trabalhos, devido ao constante nivelamento de conhecimento para os recém integrados; b) a ausência do IBAMA, a falta de apoio jurídico e a falta de normas mínimas para a condução dos trabalhos; c) as diretrizes que nortearam o trabalho, para uma proposta de legislação nacional, considerando principalmente a ação preventiva e descentralizada, a utilização do arcabouço legal/institucional existente e não procurar resolver todos os problemas de uma só vez – plantar sementes para o futuro. Prosseguiu apresentando o escopo o documento proposto, com as conclusões do GT: a) não criar novo conselho; b) não criar nova categoria profissional (sistema Confea/Crea); c) verificar juridicamente a possibilidade de criação de uma câmara técnica no âmbito do CNRH; d) quanto às penalidades, estas já estão previstas na legislação; e) apoiar a desapensação do PL 1181/2003 no PL 1616; o substitutivo apresentado ainda contém dúvidas (destacadas) que não foram solucionadas na abrangência do grupo e, f) encaminhar ao CNRH, via CTAP e CTIL. Concluído o relato, o Sr. Julio Thadeu (SRH) submeteu a proposta aos membros da CTAP. O Sr. Ênio (MME) observou que a contribuição da ABRAGE não foi analisada no GT, sendo conveniente ouvir outros representantes para dar mais legitimidade ao substitutivo proposto. O Sr. Pedro (ABRAGE) relatou que a Associação realizará uma reunião em fevereiro, para ajustar a contribuição do Setor ao substitutivo proposto, ressaltando que há grande concordância com a proposta. O Sr. Julio Thadeu (SRH) ponderou que toda manifestação seria bem vinda, sugeriu

disponibilizar o documento no site do Conselho, enviar e-mail a todos integrantes do CNRH solicitando contribuição e concluir a discussão na próxima reunião. Todos concordaram. **Item 8** – Assuntos Gerais. O Sr. Julio Thadeu (SRH) informou a nova composição da CTAP, definida pelo CNRH, para o período fevereiro/2005 a janeiro/2007 destacando as poucas alterações ocorridas. Sugeriu a data de 01 de março às 10h, para a próxima reunião, tendo como primeiro item na pauta a discussão minuciosa das contribuições recebidas sobre o PL nº 1181/2003. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 43ª Reunião da CTAP, às 18h30.

RESUMO DA REUNIÃO:

- Ata da 42ª reunião aprovada sem alterações;
- GT Quentão Indígena – Apresentação do Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Mudar o nome para Grupo de Trabalho de Outorga e Compensação Financeira em Terras Indígenas. Consultar a CTIL e CTCOB sobre a pertinência do grupo;
- GT Construção integrada de eclusas – Criar o Grupo de Trabalho para discutir a construção integrada de eclusas, nos empreendimentos hidrelétricos.
- Apresentação: Operação e Segurança de Barragens – foco múltiplos e sistemática adotada pela CEMIG.
- Relato do GT Segurança de Barragens – Conclusões: a) não criar novo conselho; b) não criar nova categoria profissional (sistema Confea/Crea); c) verificar juridicamente a possibilidade de criação de uma câmara técnica no âmbito do CNRH.
- Deliberação da CTAP sobre Segurança de Barragens - disponibilizar a proposta de substitutivo do PL nº 1181/2003 solicitando contribuição.

Ata aprovada na 44ª Reunião da CTAP, em 01/03/2005.

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTAP

Aureliano Cesar Martins Silva
Relator da CTAP